



DIRECÇÃO DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA

Exigem-se medidas urgentes para minimizar os constrangimentos nos Transportes Públicos em Lisboa, em particular os decorrentes das obras no Metro no Campo Grande

A obra em curso no Metropolitano de Lisboa resulta da opção errada pela linha circular, que desde a primeira hora o PCP denunciou e criticou, e que estando a sua execução a criar hoje todos estes problemas, criará outros se a mesma vier a estar em funcionamento, dificultando a mobilidade e o acesso à cidade, em particular, dos utentes do Metro que venham dos concelhos de Loures e Odivelas e das freguesias do Lumiar e Santa Clara.

Resultado da luta dos utentes e da intervenção do PCP, o Governo vem agora admitir outras soluções que permitam manter a ligação directa de Odivelas e Telheiras ao centro da cidade, como o PCP sempre defendeu.

No entanto, a situação de caos provocada pela actual obra do Metropolitano de Lisboa revela que a mesma se iniciou sem qualquer articulação entre o Metropolitano de Lisboa e outras entidades, desde logo com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), interlocutor indispensável para uma planificação atempada das medidas de mitigação dos impactos da obra na mobilidade dos utentes.

Ao mesmo tempo, revela ainda uma inexplicável ausência de planeamento atempado que previsse as consequências, impactos e medidas que esta obra acarreta, sobretudo num período em que coexistem várias obras na cidade de Lisboa.

São várias as alterações levadas a cabo ao nível dos transportes públicos, com particular destaque para a situação resultante da suspensão, pelo Metropolitano de Lisboa, dos troços entre Telheiras e Campo Grande (Linha Verde) e entre Campo Grande e Cidade Universitária (Linha Amarela). Esta situação tem continuado a criar caos e insegurança, com os utentes a aglomerarem-se nos cais das estações, cujas medidas implementadas pelo Metropolitano e pela Carris se têm manifestado insuficientes.

Em simultâneo, com as obras do Metro, e os já diários e persistentes constrangimentos na operação em todas as linhas suburbanas da CP, também agora se assiste à interrupção na Linha de Cascais, na ligação entre o Cais do Sodré e Algés no período nocturno.

A estes constrangimentos nos operadores de transportes, também neste mesmo período, a Câmara Municipal de Lisboa realiza diversas alterações ao trânsito na cidade, para executar várias obras e implementa supressões das vias “Bus” em vários dos percursos da cidade, agravando em muito a eficácia dos autocarros da Carris e da Carris-Metropolitana, degradando as condições de transporte aos utentes que optam pelo serviço público de transporte.

Perante a praticamente inexistente resposta eficaz para minimizar todos estes impactos negativos, reafirma-se a exigência da tomada de medidas com vista a uma efectiva articulação entre as diversas entidades – CML, Metropolitano de Lisboa e CP, Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) – sobre a planificação das obras na cidade, bem como as soluções alternativas de transporte público, de forma a minimizar os impactos na mobilidade na cidade, tais como:

O reforço da informação e apoio aos utentes nos locais afectados, assim como nas circulações confluentes;

A aplicação pelo Metropolitano de Lisboa de soluções técnicas já utilizadas noutras obras desta dimensão, entre as quais a criação de um cais provisório na estação do Campo Grande, aumentando as condições de segurança e possibilitando uma maior rapidez nas entradas e saídas dos comboios da Linha Verde e conseqüentemente uma maior frequência de composições;

A implementação diária de autocarros específicos entre os troços interrompidos, em regime de vaivém, todos os dias da semana e no horário completo do funcionamento do Metro, das 06:30h às 01:00h, e a criação de circuitos complementares aos circuitos existentes, nomeadamente entre Telheiras, Campo Grande, Cidade Universitária e Entrecampos e entre o Cais do Sodré e o Terreiro do Paço, a exemplo das soluções encontradas pela TML/Carris Metropolitana para a ligação entre o Cais do Sodré e Algés, aquando do encerramento da linha da CP.

Exige-se uma solução urgente para os graves problemas causados pelas obras do Metropolitano de Lisboa. A responsabilidade do Metropolitano é evidente e inquestionável. Contudo, dado o impacto que esta situação tem na mobilidade da cidade, designadamente, em pontos nucleares do sistema urbano de transporte, virando do avesso as rotinas de deslocação de milhares de residentes e de trabalhadores na cidade, perturbando profundamente os fluxos de deslocação com os concelhos vizinhos, não pode a CML nem as restantes autarquias ficarem à margem das soluções para este problema que, insistimos, carece de uma solução urgente.

Perante a actual situação de prestação do serviço público de transporte pelo Metropolitano de Lisboa, o PCP prosseguirá a intervenção para que sejam minimizados os constrangimentos verificados e que esta situação seja tanto quanto possível normalizada.

Neste sentido, e para além da proposta já feita pelos vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa para a realização com carácter de urgência de uma reunião que envolva todo o executivo da CML e os operadores de transportes da cidade, os eleitos do PCP nos concelhos afectados intervirão também para que as respectivas autarquias tenham conhecimento e informação sobre o quadro da discussão das soluções a implementar.

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a audição, com carácter de urgência, da Comissão de Utesntes dos Transportes de Lisboa, da Comissão de Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa e do Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa.

Lisboa, 25 Maio, 2023
A Direcção Regional de Lisboa do PCP